OS CADERNOS DE CULTURA

Direção de José Simeão Leal

1 — José Jansen	A Máscara no Culto, no Teatro e na Tradição
2 — Alvaro Lins, Carpeaux e Thompson	José Lins do Rêgo
3 — Paulo Rónai	Escola de Tradutores
4 — Carlos Drummond de Andrade	Viola de Bôlso
5 — Lúcio Costa	Arquitetura Brasileira
6 — Lúcio Costa	Considerações Sôbre a Arte Contemporânea
7 — Paulo Mendes Campos	Forma e Expressão do Sonêto
8 — Djacir Meneses	Formação Profissional do Advogado
9 — H. Von Kleist	Teatro de Marionetes
10 — Antônio Cândido	Monte Cristo, ou da Vingança
11 — Luís Cosme	Música e Tempo
12 — João Cabral de Melo	Miró
Octavio de Faria	Significação do Far-West
Janta Rosa	Roteiro de Arte
Janta Rosa	Teatro, Realidade Mágica
José Carlos Lisboa	Teatro de Cervantes
José Carlos Lisboa	Isabel, a do Bom Gôsto
Gilberto Freyre	José de Alencar
Clarisse Lispector	Alguns Contos
Mário Pedrosa	Panorama da Pintura Moderna
Rosário Fusco	Introdução à Experiência Estetica
Carlos Dante de Morais	Realidade e Ficção
Dante Costa	O Sensualismo Alimentar
Lêdo Ivo	Lição de Mário de Andrade
Eugênio Gomes	O Romancista e o Ventrilóquo
José Lins do Rêgo	Homens, Sêres e Coisas
Octavio Tarquinio de Sousa	De Várias Provincias
Lúcia Miguel Pereira	Cinqüenta Anos de Literatura
Alexandre Passos	A Imprensa no Período Colonial
Manoel Diégues Júnior	Etnias e Culturas no Brasil
Cyro dos Anjos	Explorações no Tempo
Oswaldino Marques	O Poliedro e a Rosa
Fernando Sabino	Lugares Comuns
Pericles Madureira de Pinho	Notas à Margem do Problema Agrário
Vitorino Nemésio	Portugal e o Brasil na História
Willy Lewin	Ensaios de Circunstâncias
Herman Lima	Variações Sôbre o Conto
Herman Lima	Roteiro da Bahia
Flávio de Aquino	Três Fases do Movimento Moderno

(Continua)

EX LIBRIS
PIERRE MONTOUCHET

Impl 7/2/94

COSTA PORTO

O PASTOREIO NA FORMAÇÃO DO NORDESTE

1010308175
IEL
981.3 C823p

OS CADERNOS DE CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

UNIDADE IEL
Nº CHAMADA 985.3
L422p
V Ex
TOMBO/BC 308175
TOMBO IEL 37183
PROC. 5867/91
C ☐ D ☑
PREÇO 800,00
DATA 17.12.93
Nº CPD

CM-00054016-1

Reconhecido Cinzeido Rolim
Fortaleza/CE
18.10.2011

A ocupação do território nordestino — especialmente da Capitania da Nova Lusitânia, quinhoada a Duarte Coelho Pereira (1) — se processou em dois planos distintos mas convergentes, que se desdobraram a modos de pinça ou hastes de leque, fechando-se, sincronizadas, no preenchimento dos claros demográficos, resultando duas "civilizações" diferentes, de características inconfundíveis, cujas notas individuantes se prolongariam em todo o curso da nossa formação.

A primeira, a de mais relêvo, ou pelo menos de maior esplendor e brilho foi a do açúcar, derramada ao longo do litoral, e cuja história se encontra suficientemente esclarecida, sobretudo depois da opulenta obra de interpretação sociológica de Gilberto Freyre.

---

(1) Segundo alguns cronistas, como Fernandes Gama, não tinha Duarte Coelho o apelido de Pereira. Nos documentos do tempo, na verdade, o nome do donatário aparece sempre grafado Duarte Coelho, sem mais adendo. Cremos, entretanto, que não é mais possível alimentar debates, depois da publicação do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Neste documentário, vemos uma doação feita aos beneditinos e em que Jorge de Albuquerque, filho do donatário, condiciona os favores aos religiosos à celebração de missas "por memória de meu Pay, Duarte Coelho Pereira, primeiro capitão e governador que foy da dita capitania". (*Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco*, vol. XLI, pág. 26.

De tal modo a casa-grande e a senzala marcaram a fisionomia do Nordeste colonial, que passa como doutrina pacífica a tese de que o fator precípuo de sua formação teria sido a cana-de-açúcar. Realmente, desde os meados do século XVI, os canaviais começam a vincar a nossa paisagem econômico-social, criando em derredor da nobreza dos engenhos uma civilização típica, "agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida — de índio e, depois, de negro — na composição", da síntese de Gilberto Freyre, o mais autorizado mestre da evolução nordestina. (2)

"A casa-grande, completada pela senzala" — acentuará Freyre — "representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rêde, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia, amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos". (3)

Centro de gravitação, enfeixando nas mãos fortes o primado econômico e social do tempo, o patriarcalismo rural como que esgota a realidade que o circunda e em que se destaca a figura do senhor de engenho, façanhudo e desabusado, não raro falando grosso aos delegados de El-Rei, substituindo-se à autoridade da própria coroa, frágil, esfumada e distante — e tanto mais esfumada e frágil, quanto mais distante — mandões e onipotentes, truculentos régulos de baraço e cutelo, transplantação tôsca do *pater familias* romano, com um novo *ius vitae necisque* sôbre escravos, fâmulos e agregados. E também sôbre os filhos, como naquele episódio recolhido pela crônica do dono do engenho Canavieiras, em Nazaré da Mata, o qual, suspeitando dos amôres do filho pela mucama preferida, manda matá-lo pelo irmão, enviando depois, ao assombradíssimo Padre Peixoto de Alencar, êste bilhete de ingenuidade trágica: "Como aprouve a Deus que eu mandasse matar meu filho"...

Esta civilização, entretanto, avulta mais pelo sentido de intensidade, ganhando em verticalismo o que perde em espraiamento horizontal; concentrou-se, em vez de expandir-se; mergulhou fundo no massapê da mata, sem ousar estender-se em marcha penetradora, pois a presença do açúcar se limitou a pequeno trecho do Nordeste, não indo os primitivos engenhos além de estreita faixa litorânea, medrosos de perder o contato com o mar.

Êste confinamento aparece desde os primeiros instantes e resulta de imperativos a que não seria possível fugir. Exaltam-se antigos cronistas, como Fr. Vicente, no censurar a "negligência" dos colonizadores portuguê-

(2) *Casa Grande & Senzala*, 5.ª edição, vol. L, pág. 85.
(3) *Op. cit.*, pág. 24.

ses que, "sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos". (4) Muito fácil de criticar, quando entretanto o que importa é mostrar porque foi assim e porque não podia ser senão assim.

De fato, tudo na colônia nascente impunha e condicionava o fatalismo desta concentração no litoral, dadas as condições em que se iniciou a tarefa do povoamento.

Se Duarte Coelho, na verdade, é que lança as bases da legítima civilização do Nordeste quando aporta aos Marcos em 1535, o contato do lusitano com o litoral Norte datava dos primeiros anos após o descobrimento, a começar das expedições incumbidas de "reconhecer" a conquista. Muito pouco, é certo, nos resta, hist̀oricamente comprovado, em tôrno dêstes cruzeiros iniciais, mas pode-se admitir que revelada a fartura em madeira de tinta das florestas da colônia, os primeiros traficantes de pau-brasil teriam buscado o litoral pernambucano, onde se verificava maior ocorrência da "ibirapitanga" da melhor qualidade e, ponto mais vizinho do Reino, oferecendo melhores perspectivas para o comércio.

Em carta de 14 de abril de 1549, reclama Duarte Coelho a El-Rei contra o tráfico desordenado do pau-brasil. Em correspondência anterior, apontara os inconvenientes dêste comércio desregrado, — "hua das cousas que mais danefica ao bem e aumento de suas

(4) *História do Brasil*, ed. Wiszflog Irmãos, 1918, pág. 19.

terras", — acentuando que, de certo em decorrência das derrubadas sem método, "o brasyll está muito longe, polo sertaão a dentro e muy polygroso de aver e muy custoso". Como o drama se agravasse, volta à carga, investindo contra "este fazer de brasill... tão danoso e tão oudyoso", sobretudo porque "de quantos alvaraes V.A. tem mandado passar todos se querem aquy vyr pera acabar de deitar a perder tudo". (5) Hábito que vinha de longe, todos pensando em fazer carregamentos no litoral pernambucano, o que mais atraía as preferências dos aventureiros reinóis. Nos três primeiros decênios após o descobrimento, pois, a costa da Nova Lusitânia terá sido a mais visitada pelos que, do Reino, buscavam a colônia, podendo Metódio Maranhão frisar: "Pelos mapas e portulanos se encontram vestígios esparsos de núcleos de população que se formavam desde tempos muito próximos à época do descobrimento". (6)

Para defesa da costa e do monopólio régio do pau-brasil apareceram as primeiras feitorias: seriam, pontilha Capistrano, "caiçaras ou cêrcas, próprias apenas para guardarem gêneros de resgates; algumas sementes de além-mar podiam ser plantadas à roda e soltos alguns animais", (7) assemelhando-se, lembra ainda, "às tabas indígenas — um cercado de pau-a-pique, assente na proximidade de água potável, com palhoças para

(5) *História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, III, pág. 316.

(6) *Duarte Coelho e a Colonização Pernambucana*, pág. 11.

(7) *Capítulos da História Colonial*. Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1934, pág. 31.

abrigar os moradores, seteiras para atirarem contra o inimigo, comodidade para as mercadorias trazidas de além-mar ou preparadas pelos feitores para evitar grande demora nas cargas de retôrno". (8)

Contrastando com o descaso dos primeiros anos, começam a desenhar-se indícios da preocupação da Metrópole pela nova terra: já em 1516, um alvará régio manda aos funcionários da Casa das Índias dêem "machados e enxadas e tôda mais ferramenta às pessoas que forem a povoar o Brasil", enquanto outro determina se procure homem prático, capaz de ir "dar princípio a um engenho de açúcar" no mundo luso-americano. (9) É mesmo admissível que a ocupação tivesse, já, um sentido de maior fixação: Varnhagem, de fato, esclarece que em 1526 entrava em Lisboa algum açúcar, provindo de "Pernambuco e de Itamaracá" (10) e seria possível lançar-se alguma luz sôbre êste passado, se tivéssemos maiores elementos em tôrno da figura, estranha e um tanto misteriosa, de Pero Capico, que Cristóvão Jaques é autorizado, em alvará de 1526, a transportar para o Reino, "com tôdas as peças de escravos e demais fazendas".

Seria Capico aquêle "homem prático", mandado a fundar engenhos no Brasil? Ignora-se. Talvez haja sido o primeiro a explorar a agro-indústria de cana em Pernambuco, onde teria fabricado os açúcares que entravam em Lisboa, em 1526; onde, através do açúcar,

(8) Prefácio ao *Diário da Navegação* — pág. XVI.
(9) *História Geral*, 3.ª ed. da Companhia Melhoramentos de S. Paulo, I, pág. 106.
(10) *Op. cit.*, pág. 124.

teria granjeado "peças de escravos e fazendas" que, em 1526, é autorizado a levar para o Reino.

Naufragando em Coruripe, nos Baixios que, depois, lhe receberam o nome, o navegante espanhol D. Rodrigo de Acuña encontra, na região pernambucana, um núcleo de portuguêses — "mas de trecyentos crystyanos e hyjos de crystyanos" — levando vida de privações e misérias, a ponto de o linguarudo marujo concluir que "estaryam mas cerca de se salvar em torquya que aquy". (11) Em vários locais, portanto, traços de homens brancos em contato com o meio nordestino.

Natural que, grupo diluído na vastidão da terra desconhecida, êstes primeiros povoadores se amarrassem à nesga litorânea, mesmo como imperativo de sobrevivência: pelo mar é que poderiam comunicar-se com o Reino, devendo ainda permanecer na costa pois, simultâneamente, serviam de elemento de ligação com o europeu, principalmente na tarefa de facilitar o tráfico do pau-brasil e evitavam que os flibusteiros franceses tomassem pé no Continente.

Quando, com o sistema donatarial, se lançam os fundamentos da colonização em bases mais firmes, a situação permanece a mesma.

Pela correspondência que nos resta do donatário, verifica-se que Duarte Coelho derivou para a "colônia de plantação, do conceito de Gilberto Freyre: "caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez do seu fortuito contato com o meio

(11) *História da Colonização*, I, pág. 89.

e com a gente nativa", (12) mudando "o rumo da colonização, do fácil, mercantil, para o agrícola", e em que a cana-de-açúcar aparecia como o valor maior.

Ora, para êstes colonos primitivos — tanto os elementos dispersos, vindos antes da experiência donatarial, como aquêles chegados depois que o Capitão da Nova Lusitânia "sistematizou" o plano de povoamento — a concentração no litoral redundava um imperativo das circunstâncias, influindo, para condicioná-la, fatôres de tôda natureza.

Condições de ordem geral: o pequeno número de povoadores não se animando a investir contra o "saartão da terra", dominado pelo silvícola agressivo e indomável, sempre pronto a repelir o invasor a frechadas e tacape; o terror do desconhecido, a bicharada hostil, contendo os passos do homem branco; mais tarde, o pavor do africano em embrenhar-se terra adentro, com mêdo de onças traiçoeiras e mêdo, também, do indígena que, segundo refere Pyrard du Laval, gostava de quebrar muita carapinha de negro perdido nas florestas. E concorrendo, também, a ameaça estrangeira: irritado porque o Papa dividira o mundo entre Espanha e Portugal, resmungando, com razão, desconhecer o testamento em que Adão deixara o universo em herança aos "liais ermãos e confederados" Reis de Lisboa e Madrid, Francisco I estimulava os entrelopos do Mar do Norte que viviam, desavergonhados, pirateando pelas costas brasileiras. Urgia manter no litoral vigilância permanente, conservando, perto do mar, elementos válidos que defendessem a costa contra as investidas do gaulês.

(12) *Casa Grande*, I, 105.

E circunstâncias peculiares, que diziam mais diretamente com a própria atividade escolhida pelo colonizador.

Quando troca a vida agitada de guerreiro pela calma repousada da "colônia de plantação", Duarte Coelho o que, de logo, trata é de desenvolver a agroindústria do açúcar, plantando canaviais, construindo fábricas, êle mesmo tomando a iniciativa de edificar engenhos, porque antevê no açúcar o futuro da terra, a riqueza dos moradores, a consolidação da conquista. Passados os primeiros momentos de conflito com os índios, atacando não sòmente os silvícolas dos arredores, mas indo caçá-los no São Francisco onde, pelos feitos e façanhas, ganharia a alcunha de "diabo imortal", segundo narração de Fr. Vicente, a preocupação do donatário é dar "paz e sossêgo à terra", a fim de que se alargue o campo das atividades produtoras. Surgem, assim, os primeiros engenhos que em 1552 já se elevam a cinco, "todos correntes e moentes", o progresso da capitania afirmando-se através do açúcar. Decerto, nem tudo se liquida em têrmos de canaviais e de engenhos: na ocupação do solo, vão-se experimentando outras atividades, o elemento humano derramando-se aqui e ali em nódulos diversificados, mas a predominância, no ponto de vista social e econômico, pertence ao canavial.

Após um século de experiência colonizadora, Capistrano de Abreu em "rápido lancear do país" esque-

matiza, em quadro singelo, a paisagem humana da região, alinhando os grupos que se superpõem no *melting pot* da colônia em evolução. O europeu formava, ainda minoria inexpressiva, cabendo a população branca, "folgadamente em cinco algarismos"; a "camada ínfima" se constituída de escravos, filhos da terra ou africanos e descendentes; "acima dêste rebanho sem terra e sem liberdade", vinham os portuguêses, de nascimento ou de origem, "sem terra, porém livres" — feitores, mestres de açúcar, oficiais mecânicos — seguindo-se, em afunilamento progressivo, proprietários modestos, lavradores de mantimentos, pequenos comerciantes de "lójeas abertas", independentes, vivendo da mercancia, sem a vilta da sujeição ao labor assalariado; e finalmente, coroando a hierarquia, os senhores-de-engenho, pouco numerosos, mas os verdadeiros "senhores do mundo".

"Havia" — dirá Capistrano — "engenhos movidos por água e por bois; servidos por carros ou barcos; situados à beira-mar ou mais apartados, não muito, porque as dificuldades de comunicações apenas permitiam arcos de limitados raios. O engenho real devia possuir grandes canaviais, lenha abundante, boiada capaz ou barcos e barqueiros suficientes, escravatura, aparelhos diversos, moedas, cobres, fôrmas, casa de purgar, pessoal adestrado para o preparo do açúcar, pois a matéria-prima passava por muitos processos antes de ser entregue ao consumo: alguns possuiam igreja, capelão melhor remunerado que os vigários, e às vêzes incumbidos de ensinar rudimentos de leitura à meninada. O senhor-de-engenho opulento remetia a safra diretamente para o reino e recebia o pagamento de além-

mar em fazendas finas, vinhos, farinha de trigo, em suma, coisas de gôzo e de luxo". (13)

O fulcro da riqueza regional é, inegàvelmente, a cana-de-açúcar, a agro-indústria do canavial emprestando à colônia aquêle brilho e esplendor, tão decantado pelos velhos cronistas. Quando visita Olinda em 1583, o Padre Cardim é nisso que mais insiste. "A fertilidade dos canaviais não se pode contar; tem 66 engenhos, que cada um é uma boa povoação; lavram-se alguns anos 200 mil arrôbas de açúcar e os engenhos não podem esgotar a cana porque em um ano se faz de vez para moer e por esta causa a não podem vencer, pelo que mói cana de três e quatro anos; e com virem cada ano quarenta navios ou mais a Pernambuco, não podem levar todo o açúcar. A gente da terra é honrada; há homens muito grossos, de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu... Vestem-se as mulheres e filhos de tôda a sorte de veludo, damascos e outras sêdas e nisto têm grandes excessos... Os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São muito dados a festas... São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores-de-engenho juntos e, revezando-se desta maneira, gastam quanto têm e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal e em alguns anos beberam oitenta mil cruzados dados em rol. Enfim, em Olinda se acha mais vaidade que em Lisboa. Tudo val tres-

(13) *Capítulos*, 77.

dôbro de Portugal". (14) No mesmo diapasão afina o depoimento dos demais analistas da vida colonial, todos acordes em relacionar com os engenhos, a riqueza e o fausto da sociedade do tempo.

A cultura da cana, porém, desde o comêço ficou amarrada, irrecorrìvelmente, ao litoral, incapaz de quebrar os grilhões que a prendiam à costa.

E muito natural que fôsse assim. Observa Caio Prado Junior que "o caráter fundamental da nossa economia" tem sido o da "produção extensiva para mercados do exterior", pois lhe tem faltado "largo mercado interno sòlidamente alicerçado e organizado". Numa palavra, a economia brasileira tem sido meramente "colonial" e não "nacional", limitando-se a "produzir para exportar". (15)

Ora, o açúcar foi o tipo mais perfeito desta economia colonialista. A produção dos engenhos deveria procurar mercado externo, porque na Colônia não havia escoamento senão para percentagem vil; por outro lado, o material para os engenhos também teria de vir do Reino, nenhum engenho podendo triunfar longe da costa, distanciado do mar, dos portos de embarque. Eis porque os primeiros, em Pernambuco, se derramam pelas várzeas do Beberibe, e, depois, do Capibaribe, sempre presos ao confinamento marítimo. É o que ressaltava Capistrano: "os engenhos não deviam se afastar muito do litoral marítimo sob pena de, sendo um

(14) *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 2.ª ed. Companhia Editôra Nacional, 295 6.

(15) *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 7.

só o preço dos gêneros de exportação, não poderem competir com os fazendeiros mais vizinhos dos mercados, cujo produto não se gravava com as despesas de transporte". (16)

Fenômeno de que o documentário do Tombo do Mosteiro de São Bento, de Olinda, nos dá demonstração sugestiva. Quando em 1592 Jorge de Albuquerque trouxe os beneditinos para a Capitania, lhes assegurou licença para construção de engenhos, mediante a "pensão" de 200 e 100 cruzados, respectivamente, conforme se tratasse de fábricas movidas a água ou de trapiche. Tendo construído um engenho em Mussurepe, os "frades bentos" recorrem em 1617 a Matias de Albuquerque, locotenente do donatário, pleiteando "avença moderada" e o que alegam é que, ficando o engenho "nos limites desta capitania... muito ao sertão, oito ou nove léguas de costa e do Pôrto, onde lhe custa cada caixa de açúcar de trazer ao Recife só de carreto três cruzados ao menos", nenhum lavrador se animava a "tomar partido no dito engenho", que "assim está muy arriscado a se desemparar". (17) O sentido da "economia colonialista" determinando o confinamento na orla costeira.

Influindo, igualmente, exigências da própria lavoura canavieira. Pelo litoral, em faixa estreita e pouco profunda, é que se desatava o solo rico, física e quìmicamente valioso, o massapê da mata, cretáceo, em decom-

(16) *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, pág. 76.

(17) Tombo do Mosteiro de São Bento, Rev. do Instituto, XII, 350.

posição, onde havia maior número de rios, — mansos, amigos, não sujeitos a enchentes tempestuosas, servindo para tornar úmida a terra e ajudando, ainda, no transporte das safras para os portos. Um conjunto ecológico de imenso valor e que Capistrano resumiria ao ponderar que "os engenhos estavam na mata, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos bem vestidos e pela abundância de lenha necessária às fornalhas, em um laborar que às vêzes durava, dia e noite, oito e nove meses". (18)

Aí está porque, no caso pernambucano, a penetração colonizadora além do litoral acabou medíocre, podendo Capistrano falar numa "atrofia irreparável a Sudoeste". (19) Historiadores autorizados, como o douto José Antônio Gonçalves de Melo, neto — sem favor o mais opulento mestre de história colonial pernambucana — discordam da lição do cearense, enèrgicamente repelida também por Aníbal Falcão, que enxergava, naquela afirmativa, "resquícios da ingratidão do Cearense para conosco... desconfiado por ser da insociável raça do Floriano, ao passo que o Pernambucano fêz triunfar na *Terra Papagaliorum*, a missão dos Portuguêses". Injusta a increpação porque ninguém, mais do que Capistrano, fêz justiça ao papel dos pernambucanos na formação nacional, embora com a ressalva de que seus "serviços superiores avultam em direção muito diferente". E o que parece certo é que a penetração per-

(18) *Caminhos Antigos*, 76.

(19) *Caminhos Antigos*, 58.

nambucana para Sudoeste — penetração sistematizada e organizada — foi mesmo frágil, mercê de fatôres incontroláveis: a vizinhança da Europa, ditando o confinamento no litoral; a cana-de-açúcar exercendo ação de visgo para amarrar o colono pelas costas; a invasão holandesa detendo qualquer esfôrço sério além da defesa do solo; "a falta de bons portos e rios navegáveis, ou pelo menos perenes, em tôda a zona ingrata do Nordeste"; a barreira do indígena, "em que sobressaíam os cariris", cuja "resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país". E o próprio Aníbal Falcão acaba aceitando a tese de Capistrano, quando ressalta que *"o fato é incontroversível"*, embora "a inculpação imerecida", concluindo: "Os pernambucanos não *esculdrinharam* o País, em cuja orla marítima elegeram sua habitação, por muitos motivos, dos quais descobriste um: a inavegabilidade dos rios..., pelos quais deveriam subir ao sertão. Os outros motivos, muito mais importantes, podem resumir-se no seguinte: êles tinham coisa mais importante a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que lhes pareceram favoráveis, e depois de haverem perlustrado o litoral vizinho, defender as suas posições", com o que lograram realizar o esfôrço mais meritório e dignificante: a "pronta constituição de uma nova Pátria — a nossa". (20)

Seja como fôr, parece legítimo aceitar que a civilização do canavial, apertando-se em nesga misérrima da orla costeira, não explica, nem esgota tôda a reali-

(20) Ap. *Caminhos Antigos*, pág. 59.

dade da formação nordestina. Decisiva e dominadora no litoral, marca-a e assinala-a pela fôrça da ação dinamizadora, mas teve a diminuir-lhe a influência êste traço de "limitação no espaço", não indo além de raios medíocres rumo ao interior; avançou pouco, tendo como símbolo da irradiação o signo do "carro-de-boi", das moendas, das chaminés e dos "boeiros" estáticos; sua penetração foi ínfima, limitando-se à ourela costeira — em raio máximo de dez léguas a partir do mar, tanto que, ainda na ocupação holandesa, Vitória de Santo Antão aparece como simples "engenho com capela".

* * *

É sem dúvida a civilização do açúcar o que, nestes tempos, conta e tem valor. Na pobreza da terra, superado o ciclo do pau-brasil, sòmente o engenho representa atividade econômicamente apreciável. Onde há canavial, há riquezas e onde não é possível instalar engenhos, diminutas são as perspectivas de cabedais. Uma carta escrita de Pôrto Seguro, "por comissão do Padre Brás Lourenço", esclarece que não chegavam navios do Reino, "por não haver aqui engenhos daçúcar". (21)

A partir da segunda metade do século XVI, entretanto, a situação começou a modificar-se. Portugal apostara tudo na Índia e o Oriente acabara arruinando-o. Houvera, desde o princípio, os que enxergando longe anteviam os perigos da distorção violenta, ope-

(21) Rev. do Instituto Histórico Brasileiro, vol. II, pág. 420.

tada pelo imperialismo lusitano: como o Conde de Vimioso que, "perguntando a Vasco da Gama o que trouxera da Índia e o que a Índia queria de Portugal, e respondendo-lhe o Almirante que de lá trouxera pimenta, canela, gengibre, âmbar e almíscar e que lá queriam ouro, prata, veludos e escalartas, lhe observara: — "Dêsse modo êles é que nos descobriram a nós". (22)

Mas o Reino se apega teimosamente à política asiática e, quando acorda, está à beira do abismo; a grandeza do Império sepulta-se no ocaso de D. Sebastião, em Alcacer-Kebir, a que se segue o aniquilamento da própria independência, com a invasão dos exércitos de Felipe II, e quando os lusitanos conseguem, em 1640 libertar-se do "novo cativeiro de Babilônia", Portugal se acha arrasado: desfalcado das colônias, sem exército, sem esquadra, a paisagem é de agonia e de crise.

Levas e levas de reinóis começam então a deslocar-se para o mundo americano, encontrando no litoral, onde se concentrava a civilização, um regime de portas fechadas; a terra pertencendo aos senhores-de-engenho, a um grupo escolhido de privilegiados, de sorte que aos retardatários só restava o dilema de acostar-se às Casas Grandes, enfeitando os carros triunfais dos nobres rurais, ou enveredar pelo "sertão da terra", arrostando os riscos da obra de interiorização, que pega de acentuar-se na segunda metade do século XVII, robustecendo-se no século XVIII.

(22) *História da Colonização Portuguêsa*, III, pág. IX.

A colonização assumia aspectos novos, surgindo outra componente que forcejava por quebrar o exclusivismo da "civilização do açúcar", a qual, até então hipertrofiadora e totalizante, começava agora a sofrer os primeiros abalos. Na verdade, terminada em 1654 a guerra holandesa, os senhores-de-engenho, que haviam suportado o maior pêso da campanha, tinham motivos para justo orgulho. Vencedores dos holandeses que, em campo de batalha, haviam batido espanhóis e inglêses, sentem-se "um povo e um povo de heróis", mas estavam arrasados econômicamente. "Gastados e individados", caberia o reparo de Duarte Coelho.

E não era só. Até o século XVII, as frotas da Europa traziam maltas de comissários, cujos negócios se processavam à base do escambo, trocando os gêneros pelos produtos da terra, principalmente fumo e açúcar. Desaba, porém, sôbre êstes dois produtos básicos o impacto de crise sem precedentes, de que nos dá conta lúcida exposição de velho "repúblico" da Bahia, João Peixoto Viegas, "dono de currais de gado em Itapororocas, possuidor de vastas sesmarias para as bandas de Jacobina e do Rio Salitre, homem provado em muitos cargos importantes, muito prático e experimentado".

Inquirido pelo Marquês de Minas sôbre as causas da crise do açúcar, Peixoto Viegas, em estudo de admirável objetivismo, traça o quadro da situação, apontando uma série de fatôres que estavam concorrendo para perturbar as atividades dos canaviais. Em primeiro lugar, manobras baixistas dos intermediários lusitanos, ajudados pelo protecionismo ao comércio do

Reino. Reclamando os importadores contra os "preços excessivos" do açúcar, a Coroa parece que o tabelara na fonte, provocando protestos dos produtores coloniais contra o fato de "se almotaçarem os frutos dos vassalos do Brasil em benefício dos de Portugal", devendo, ao contrário, ficar livre a todos "venderem à avença dos tempos, como se pratica em todo mundo": enquanto, na verdade, se fixava teto aos produtos brasileiros, liberavam-se os de Portugal, resultando excessos insuportáveis, "como foi uma vez que se vendeu o breu para os barcos dos engenhos a 40$ o quintal". Parece que foi revogado o tabelamento, mas a situação permaneceu grave. Realmente, vendendo o açúcar a 1$600 a arrôba, os senhores-de-engenho compravam gêneros de Portugal por preços elevados — 50, 60, até 100 vêzes mais caros do que se pagos de contado. E havia mais. Outrora, os comerciantes de Lisboa vendiam os gêneros, recebendo em troca produtos da terra, então muito valorizados, mas agora, com a concorrência de mercados de fora, e aviltados os preços, exigem pagamento em moeda, porque "em açúcar ou tabaco, de modo nenhum". Ora, a Colônia atravessava aguda crise de moeda em giro e, forçado a pagar as aquisições em dinheiro, quando o preço do açúcar sofria colapso, o produtor enfrenta momentos difíceis. A economia "colonialista" não encontra escoamento; o mercado português se retrai, paga mal e não aceita mais o regime de escambo, querendo dinheiro de contado em vez de açúcar; o mercado interno, êsse não conta porque incapaz de absorver as safras, enquanto Cromwell, na Inglaterra e Colbert, na França, iniciavam vio-

lenta política protecionista, tão feroz que, em certa época, o açucar brasileiro teve a entrada proibida na França.

Simultâneamente repontava o surto de mineração, acarretando o desequilíbrio da lavoura, carregando para as zonas auríferas as populações dos campos, agindo porém menos como causa do que como efeito, pois sublinhará Simonsen, não foi a mineração que provocando a falta de braços ocasionou a crise da lavoura mas ao contrário, a crise do açúcar — pela falta de mercados, pela inferioridade do produto, pela política protecionista européia e pelo sistema fiscal da Coroa portuguêsa — é que levou os trabalhadores a abandonar os canaviais, rumando para os centros de mineração.

Assim, no século XVIII, o açúcar perde o exclusivismo primitivo. Surge nova fôrça — a civilização do "sertão da terra" — partilhando a liderança da vida econômica e social do Nordeste, cuja evolução a partir daí se processará em tôrno de duas "realidades" que se completam: canavial e pastoreio, litoral e interior, senhor-de-engenho e vaqueiro, casas-grandes e currais.

* * *

Apesar das crises e dificuldades, a civilização litorânea, criada à sombra dos canaviais, mantinha seu "penacho" de grandeza e fausto; conservava aquelas características mestras, que a constituíam o ponto alto da evolução nordestina; continuaria, pelos tempos em

fora, marcando de modo definitivo a fisionomia social e econômica da região. Mas crescem os aluviões dos retardatários, que se decidem a tomar parte na obra de povoamento e domínio do solo: os que, não mais tendo o derivativo das Índias e das lutas no "mar oceano", teimam de qualquer jeito em conquistar lugar na luta pela sobrevivência e pelo enriquecimento, surgindo-lhes o Brasil a modos de El-Dorado, de Atlântida sedutora, a terra da Promissão, donde manam leite e mel. As medidas drásticas de repressão ao êxodo para a Colônia resultam infrutíferas, não havendo fôrça capaz de deter o "rush" migratório que, no caso, é muita vez questão de vida e de morte; entre a miséria no Reino e a esperança de vencer na região desconhecida, aposta-se no futuro, até porque muito pouco havia que poder.

Operários da "undécima hora", porém, do festim da partilha só lhes sobrarão migalhas; chegaram tarde e, como sempre, *sero venientibus, ossa.* Alguns, os menos afoitos, se entregam ao comércio, aquêles que documentos coevos apontam como "tratantes" ou mercadores de "lójeas abertas" os quais, ganhando tudo nos negócios extorsivos, emprestando dinheiro a onzenas terríveis — de que nos fala, assombrado, o autor dos *Diálogos* — acabam enriquecendo e, ricos, logram não raro romper os paredões maciços dos preconceitos sociais do tempo, adquirindo engenhos, plantando canas, arrebatando as terras dos ruralistas esbanjadores e imprevidentes. A maioria, essa acabará buscando novos horizontes. Se a "confraria fechada" não lhes permite participar da exploração dos canaviais, também não os

seduz outro gênero de trabalho perto do litoral porque, além dos limites dos engenhos, a lavoura seria um suicídio, a agricultura resultaria um fracasso, sobretudo a agricultura qual sempre se praticou entre nós: simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma da parte do homem", do resumo de Capistrano.

A "caatinga" brava não pagava o esfôrço do lavrador, e dêste modo o colono tardio teve de descambar para a única atividade econômicamente rendosa: o pastoreio. No que, de resto, se retomava a tradição mesma dos povos primitivos, fenômeno natural porque, embora "solidários do passado", herdeiros de civilização avançada, os povoadores sertanejos iam travar, na Colônia, batalha de autêntico primitivismo. Ora, Sumner Maine nos deixou, em suas *Instituições primitivas*, páginas sugestivas em tôrno da importância dos "animais de chifre", sobretudo o boi, nas sociedades antigas. E Cogliolo realça o que foi a criação nos estádios *de civiltá piú evoluti, nel periodo cioé agricolo,* no qual *il bue rappresentava esso solo quello che oggi se dice il capitale applicato alla terra*. (23) Eis porque o romano nos aparece como povo eminentemente criador nos seus primórdios, podendo Boileau dizer que o Tibre era *un torrent fait de pissat de boeufs*.

Desta sorte, desata-se o ciclo do pastoreio, que teve a principal fonte de espraiamento no trecho que vai do médio S. Francisco à bacia do Parnaíba, nos limites do Piauí com o Maranhão e, recuando para o Oeste, alcança o *divortium aquarum* do Tocantins, atingindo a região dos "Pastos Bons", em Goiás, e abrangendo o Sul de Minas Gerais, histórica e geogràficamente um prolongamento da Bahia.

(23) *Storia del diritto privato romano*, pág. 49.

Nessa área, de cêrca de um milhão de quilômetros quadrados, a pecuária encontrou condições especiais para desenvolver-se.

A própria ecologia se encarregava de traçar os lindes divisórios. A mata, terreno indicado para a lavoura da cana, fértil, com chuvas mais freqüentes, dispondo de fartura de lenha para o laborar dos engenhos — e vizinha do mar, facilitando os embarques e as comunicações com o Reino — não se adaptava bem ao pastoreio pois, pondera Capistrano, "que a mata é incompatível com a criação de gado," ainda agora se vê no Amazonas. A pouca luz que coa através das copas úmidas do arvoredo não permite a formação de pasto; para os ruminantes, a opulência vegetativa redunda em inanição irremediável. (24)

Enquanto isso, a "caatinga" lhe oferecia condições favoráveis. No ponto de vista da penetração povoadora, a "caatinga" representava um entrave, segundo observa Teodoro Sampaio: "a orientação é mais accessível, mas não é fácil, porque se o céu é descoberto, o solo é mais inçado de obstáculos. As veredas falsas, múltiplas, são um verdadeiro perigo. A vegetação espinhenta, as trincheiras quase intransponíveis das bromélias e dos cardos formam uma barreira que se sucede por dezenas de léguas, desafiando os mais robustos picadores de mato... Se o perigo da mata virgem

(24) *Caminhos Antigos*, pág. 79.

é a solidão sem veredas e sem saídas, o terror da caatinga é o desnorteamento infalível pela multiplicidade delas. O bruto com seu instinto rasga horizontes sem vacilar; o homem, porém, que uma vez penetrou na caatinga e lhe faltou a memória na escolha da vereda é uma vítima que só um milagre salvará". (25) Em relação à pecuária, porém, acabou servindo de incentivo. É que, acentuará ainda Capistrano, "a caatinga é bem mais hospitaleira, apesar dos espinhos que caracterizam grande parte de suas árvores, herança dos tempos diluviais, armas na luta contra as colossais preguiças herbívoras, hoje extintas, então muito numerosas, no entender de V. Detmer... Os primeiros colonos evitavam os caatingais; nos requerimentos de sesmarias, alegam sempre que as terras não têm pastos suficientes, por causa das caatingas. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas; porque entre um tronco e outro há sempre comédia; entre uma caatinga e outra, há sempre campos; de certas árvores, que não perdem as fôlhas, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das sêcas. (26) E concluirá Teodoro Sampaio: "só o gado pôde, primeiro, trilhar a caatinga.

Na prática, a escolha se fazia espontâneamente: terras úberes, férteis, ricas se reservavam aos canaviais; solo pobre, êsse se destinava ao pastoreio. É o que se vê em carta do Governador Diogo de Menezes, de

(25) Ap. *Caminhos Antigos*, pág. 79.

(26) *Caminhos Antigos*, 80.

1612: "passando o Jaguaribe, até onde são as terras arenosas e fracas e boas só para pastos e gados". (27)

Não que, a rigor, fôsse a região ao menos igual àquelas que, no Brasil Central, se transformaram no paraíso da pecuária, sobretudo se se leva em conta a carência generalizada d'água. Fatôres vários, entretanto, compensavam as deficiências, assegurando no final saldo favorável: a existência de vegetação rala e pouco densa das caatingas, o que permitia o estabelecimento do homem, sem o trabalho das penosas derrubadas; largos chapadões unidos e planos, a presença de afloramentos salinos, "os lambedouros", ajudando a tarefa do pastoreio.

De resto, a opção terminaria fatal e imperiosa. De fato, mesmo que restasse aos retardatários oportunidade de tentar o trabalho dos engenhos, fatôres peculiares ao seu mecanismo tornavam esta escolha difícil, senão impossível.

A atividade canavieira pareceu a Handelmann "aristocrática"; poderia acrescentar: também "aristocratizadora", no sentido em que dava "classificação", proporcionando prestígio e fôrça. Já em seu tempo, acentuava Antonil que o "ser senhor-de-engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos", acrescentando que "bem se pode estimar no Brasil o ser senhor-de-engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. (28)

(27) *Documentos para a História do Brasil*, coleção do Inst. Histórico, pág. 149.

(28) *Cultura e Opulência*, 67.

Mas, sobretudo, "aristocrática", neste sentido em que pressupunha classificação preexistente em têrmos sociais e, sobretudo, econômicos. A descrição que nos deixou Antonil sôbre o "cabedal que ha de ter o senhor de um engenho real", mostra quão difícil se fazia chegar a possuir engenhos, alvo que sòmente poderia ser atingido por quem dispusesse de capitais apreciáveis. Todos quantos, no passado ou modernamente, estudaram a história do canavial — Fr. Vicente, Cardim, o autor dos *Diálogos*, Gabriel Soares, Antonil, Capistrano, Oliveira Viana, Calógeras, João Lúcio de Azevedo — afinam, invariàvelmente, na mesma tecla: o engenho reclamava posses largas. Apoiado em dados seguros calcula João Lúcio que um engenho de outrora representava, em média, 40 a 60 mil cruzados de capital — e foi assim que os conheceu, em Olinda, o Padre Cardim — soma que, em seu tempo, Simonsen avaliava em cêrca de cinco milhões de cruzeiros. Eis porque, de acôrdo com o depoimento de Antonil, muitos "homens de bastante cabedal e de bom juízo" tinham receio de enfrentar a tarefa de senhor-de-engenho, por mais dignificante que fôsse, preferindo ser "lavradores possantes de cana, com um ou dois partidos de mil pães de açucar, com trinta ou quarenta escravos de enchada e fouce".

Havia, decerto, os tontos e ousados, que levantavam engenhocas, sem muitos recursos, pedindo "dinheiro emprestado", mas no geral findavam arruinados: ficavam, "logo na primeira safra, tão empenhados com dívidas, que na segunda ou terceira já se declaram perdidos", servindo de motivo de zombaria pela

sua "mal fundada presunção que tão depressa converteu em palha sêca aquela primeira verdura de uma aparente, mas enganosa esperança". (29)

Enquanto, pois, o engenho afugentava, pelo enorme das despesas que demandava, a pecuária não tinha tantas exigências.

Para a fundação de uma fazenda, os processos se ofereciam os mais rudimentares: uma casa de palha currais toscos, com madeira ao alcance da mão, acrescendo até que a pecuária se prestava melhor ao gôsto do indígena, andejo, refratário ao trabalho esfalfante da lavoura e mais disposto à vida livre do pastoreio. Dêste modo, introduzidos os primeiros rebanhos, "formados os cascos", tinha-se um centro pastoril.

Não se quer dizer que todo fazendeiro fôsse, necessàriamente, um pobretão, sem recursos, sem posses: havia-os fortíssimos, régulos tremendos, como Garcia D'Ávila, possuidor de mais de 360 léguas ao longo do São Francisco; os Guedes de Brito, com mais de 100 léguas; Afonso Sertão, dono de 40 fazendas no Piauí, que legou aos jesuítas e, após terem passado com o confisco de Pombal ao patrimônio do Reino, do Império e da República, findaram entregues, pela Constituição de 1946, ao Estado do Piauí.

Em regra geral, entretanto, não se fazia mister largo potencial econômico, havendo chance para todos, a começar pelo sistema mesmo de pagamento, que se fazia *in natura*: recebiam os vaqueiros 1/4 da produção dos rebanhos, podendo, com 4 ou 6 anos, ser tam-

(29) Ib. pág. 69.

bém fazendeiros, através de arrendamentos de tratos territoriais.

* * *

Derramando-se ao longo da praia, polarizada pela atração do mar, a atividade canavieira forçou o deslocamento da pecuária para o sertão, mas nunca pôde libertar-se de certa dependência de relação ao pastoreio.

Longe de impedir a criação, o canavial na verdade lhe reclamava o desenvolvimento, pois sem o gado dificilmente teria a civilização da cana sobrevivido. Pelo menos, sobreviveria com dificuldades.

Tão estreita se afirmava esta interligação entre as duas atividades, que Simonsen chegou a classificar a pecuária de "retaguarda dos engenhos", e foi mesmo uma ação de retaguarda, de cobertura, aquela exercida pela indústria pastoril em face da agro-indústria da cana.

É certo que, muito cedo, veio à tona o choque entre criação e agricultura, ambas repelindo-se e atritando no esfôrço ciumento pela posse do solo, a ponto de certa Carta Régia determinar que se não pudesse criar gado senão a dez léguas além dos limites da área de açúcar; e a tradição secular dos "travessões" nordestinos — valos imensos dividindo campos de cultura dos campos de criação — evidentemente encontra origem neste dissídio, que, de resto, vem de muito longe. Doando ao Mestre-de-Campo Francisco Barreto, em 1651, o sítio onde se erguera a Ermida dos Prazeres, em Guararapes, Alexandre de Moura entre outras condições inclui esta: "nem se meterá nela gado algum, de nenhuma qualidade e fazendo-se o contrário logo há por revogado esta doação", podendo "elle dito Alexandre de Moura e quem ao diante suceder... seus criados e feitores matar qualquer gado vacum ou outro qualquer que nas ditas terras doadas ou fora delas fôr achado". (30)

Embora assim rivais e querendo viver afastados, canaviais e pecuária se harmonizavam, ajudando-se recìprocamente, cabendo à pecuária o modesto papel de Marta, enquanto o engenho, êsse, privilegiado e faustoso, sempre escolhia "a melhor parte". A criação na verdade assegurava o funcionamento das fábricas de açúcar, fornecia bois para mover os engenhos, transportes para a cana e para o produto fabricado, couro para atividades usuais da indústria, leite e principalmente carne para o elemento humano que enxameava em derredor da Casa Grande.

Mesmo na mata, onde é incontrastável a predominância dos canaviais na fixação colonizadora, a criação vai ganhando lentamente terreno. Compulsando o material riquíssimo, que são os pedidos de sesmarias, encontramos destacada a presença do canavial, mas, aos poucos, surgem referências ao pastoreio. Ao lado dos que solicitam terras para cana, há também os que pedem "pastos de gado", "terras para trazerem suas criasoens", local para instalar "currais de gado", a criação de resto sempre andando ligada à idéia de terras fracas, as mais afastadas da costa, "para as bandas do

(30) Tombo, *in* Revista cit. XLI, pág., 257.

certam", zonas "muito longe", solo árido, onde só medram "capins que nam servem senão para pastos de gado". O problema das distâncias tinha, no caso, importância de relêvo. No quadro rudimentar da economia da Colônia, sòmente o pastoreio podia vencer nas paragens longínquas, pois a dependência dos mercados externos reclamava a vizinhança dos portos de embarque, nenhuma atividade logrando superar os ônus do transporte, dispendioso e difícil.

Longe do mar triunfava o bandeirismo, preador de índios e explorador de minérios; mas no Sul, antes de tudo, havia rios navegáveis, permitindo idas e vindas sem maiores atropelos; o índio aprisionado caminhava pelos próprios pés, tangido a chicote; os minerais valiam unitàriamente muito, constituíam "tráfego rico", ouro e pepitas carregadas em saquinhos de pequeno pêso, enfrentando, cômodamente, as longas caminhadas. O recurso das rotas fluviais não seria possível no Nordeste, de sistema potamográfico pobre, de rios que em geral "cortam" nas grandes estiagens. Sòmente a pecuária, assim, podia resistir: não resultava inconveniente penetrar muito longe, porque o gado é "mercadoria que se move por si mesma" e, quando a penetração se fazia mais intensa, afastando-se em excesso do litoral, vinham os "caminhos de vasão", aquilo que Morsing chamava a "procura das hipotenusas".

* * *

Cobrindo claros demográficos, inaccessíveis à presença dominadora dos engenhos, a pecuária realizava

um trabalho de fixação, sem dúvida inferior ao dos canaviais, mas por sua vez muito superior à mineração, por exemplo.

O "rush" minerador, na verdade, nada obstante o sentido desbravador de que se reveste, atuou fràgilmente como fôrça fixadora, faltando-lhe solidez e continuidade, sobrando-lhe muito daquele "artificialismo" que Calógeras enxergou, e visível em casos sugestivos: Vila-Rica, no período do apogeu do ouro, chegou a reunir cêrca de cem mil habitantes e o Tijuco abrigou para mais de 50 mil almas. A mineração, de fato, não deitava raízes fundas: brusca e violenta na arrancada, acabava perdendo o contato com as fontes donde brotara e, esgotados os veios auríferos, êstes núcleos populacionais artificialmente formados cedo decaíam, transformando-se em "cidades fantasmas, assombradas com o brilho de suas passadas grandezas, vivendo vida de saudade e recordação", da síntese de Calógeras.

A pecuária, essa fixava, porque sua penetração se fazia por contiguidade, caminhando aos poucos e sem pressa, conservando os novos currais alguma ligação com o ponto de partida, e sendo embora, reduzidíssimo o elemento humano, o curral ia criando condições existenciais para que, mais tarde, se desabotoassem nódulos populacionais coesos e fortes. A toponímia nordestina conserva, ainda hoje, os vestígios da presença do pastoreio na formação de seus núcleos humanos e fazendas: Bezerros, Campos do Bonito, Pastos Bons, Cerquinha, Tabuleiro, Serra dos Bois, Corredor, Currais Novos, Currais Velhos, Campo Alegre, Lagoa do Carro,

Campos Novos, Vacaria, Boi Manso, predominando a recordação do elemento essencial ao pastoreio — a água — Águas Belas, Água Branca, Riachão, Poço, Águas Claras, Cacimbão, Bebedouro, Poço do Boi, etc.

* * *

A análise da formação do Nordeste delata, assim, esta evolução em dois planos: o canavial dominando o litoral, o pastoreio respondendo pela ocupação do interior e por sua vez ainda desatando-se sob dois ângulos: como retaguarda dos engenhos, assegurando-lhes sobrevivência e firmeza, e como fator de fixação, arrastando o colono para as asperezas do sertão ignoto.

E neste esfôrço anônimo e incessante, papel saliente cabe aos baianos, de modo geral, e de modo particular aos ribeirinhos do São Francisco. Trancados a Leste pela Serra do Espinhaço, os moradores da Capitania de Francisco Pereira atiraram-se rumo ao Norte e, transpondo o curso do Rio Real, foram semeando currais pela vastidão da "terra de ninguém", enquanto os colonos de Olinda se iam ficando pelo litoral, "arranhando as praias como caranguejos", presos ao visgo do canavial, seduzidos pela miragem do açúcar que prometia tudo. Não é que aos pernambucanos das costas houvesse escapado o sentido do São Francisco: sentiram-no povo e dirigentes, sentiu-o entre outro o velho Duarte Coelho, embora sem conseguir devassá-lo. prêso ao litoral pela falta de recursos, detido pela ameaça do francês, ocupado em instalar engenhos e dominar o silvícola, receoso de cometer "barcoriadas"

e tontices. E quando El-Rei o acicatava a sair em busca de ouro, respondia, admirável de senso de objetividade, que para investir contra o São Francisco aguardava a "hora de Deus". Os baianos, sobretudo, é que tomaram a frente no desbravamento dos sertões sanfranciscanos: descendo a caudal, espraiando-se pelo lado esquerdo, infletindo para o Oeste e, ombro a ombro com pernambucanos ribeirinhos, dominando a área desconhecida.

Plantam-se, aí, os marcos das duas civilizações.

Os engenhos emprestam à fisionomia social e econômica do litoral um fausto que ainda hoje deslumbra. Mesmo descontando possíveis exageros do Padre Cardim e de outros cronistas, como o autor dos *Diálogos*, a visão que nos fica daquele passado é de fulgor e brilho. Em Olinda, dirá o jesuíta se luxa tanto como em Lisboa, e a nobreza patriarcal das casas-grandes ostenta vida de fausto e de opulência. Capistrano, tão comedido nos conceitos, como que perde o equilíbrio costumeiro: chega a falar em novo "país de Cocagne". Sem o aparato da costa o interior, entretanto, se firma e consolida. O gado lhe serve de esteio, não há luxo, mas há riqueza, os rebanhos garantindo ao fazendeiro padrões de bem estar e de fartura. Porque convém distinguir. É certo que "os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada", como acentua Capistrano. "Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por de-

feito do solo, por falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saboroso eram devoradas com avidez". (31) Isto, porém, de relação aos pobres que se esfalfavam na labuta do pastoreio, os quais, porém, "não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos". Os donos, êsses, no comum, se deixavam ficar no litoral — no Recife ou em Salvador — limitando-se a receber os resultados da exploração, assim fácil e compensadora. E para êstes é que a indústria pastoril constituía uma fortuna.

Pode-se objetar que, no regime de economia colonialista, então dominante, o pastoreio não poderia oferecer estas perspectivas, dado que não seria possível pensar no gado como produto de exportação. Mas a pecuária de nenhum modo fugia à fatalidade da economia colonialista. Em primeiro lugar, exportava-se, e exportava-se à larga, aquilo que não encontrava colocação no mercado interno, frágil e rarefeito: pau-brasil, açúcar, minerais. De relação aos rebanhos, porém, havia que levar em conta o consumo da população, seja das casas-grandes, seja, sobretudo, dos trabalhadores assalariados e na maioria escravos. E no século XVIII, a indústria da carne sêca — a chamada "carne-do-Ceará" — teve momentos de esplendor e de desenvolvimento. Mas o principal produto dos rebanhos, que os enquadrava no sentido da economia colonialista, não era a

(31) *Capítulos*, págs. 142-3.

carne e sim o couro. Em certas regiões do Sul seria comum, até, desprezar-se a carne para vender sòmente o couro, segundo depõe Jaboatão: "Os campos não têm fim. O número de gado são milhões, donde só pelo couro se mata e se carrega muitos navios dêles, deixando a carne por inútil". O que ocorria no Sul, é possível se aplicasse ao Nordeste, onde também a pecuária ficava submetida à inflexibilidade da economia colonialista, de produzir para exportar.

Na criação o colonizador, que não podia participar da trepidação dos canaviais, encontrava elementos geradores de condições de vida relativamente farta. Havia o leite, talvez de reduzido consumo, valendo pouco como mercadoria de negócio, utilizado mais como ajuda à dieta dos moradores da fazenda: possìvelmente já aparecendo na mesa diária, sobretudo misturado com o milho, no "xerém" e no "cuscuz", ainda hoje comidas vulgares no interior; produzindo a manteiga caseira, extraída da "nata" e, assim, com muito teor gorduroso; em forma de "coalhada", o excelente prato nordestino, nas sobremesas e nos lanches fartos; empregado no fabrico do "requeijão", do queijo fresco, do "queijo de manteiga" ou do "sertão", de largo uso entre nordestinos. A carne, essa teria consumo usual em meio aos moradores, alcançando mais tarde mercado certo, quando passou a ser industrializada, como "carne sêca", "carne-do-Ceará" ou "xarque"; consumida, entretanto, preferentemente nas cidades do litoral, para onde desciam as boiadas, enquanto o sertanejo talvez preferisse carne de "meunças", e de animais do mato — pacas, tatus, cotias, veados, preás, aves ou peixes, onde os

havia. Mercadoria de colocação segura e rendosa era o couro, cujo uso deve ter sido larguíssimo na Colônia, a começar nas fazendas de criação: cordas, arreios, selas, cangalhas, material de mato, em tudo o couro entrava de modo acentuado, não devendo ser menor a utilização nas fainas dos engenhos. De tanto relêvo foi o couro na Colônia que Capistrano, em página muito conhecida, achou que podia falar numa civilização do couro. "Pode-se" — escreve — "apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos, dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas; o rude leito aplicado ao chão duro e, mais tarde, às camas para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa para entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal, para os açudes, o material de atêrro era levado em couro, puxado por juntas de bois, que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz". (32)

Ao lado dêste mercado interno, não de todo irrelevante, o couro figurava, sobretudo, como produto de exportação. Em primeiro lugar, importação direta. Segundo Antonil, iam "cada ano da Bahia para o Reino até 50 mil meios de sola; de Pernambuco, 40 mil e do Rio de Janeiro... até 20 mil meios de sola que vem

(32) Ib. pág. 257.

a ser, por todos, cento e dez mil meios de sola". (33) Em 1759, esclarece Simonsen, a Companhia Pará-Maranhão exportou para o Reino couros no valor de 200 mil libras, ou cêrca de 40 mil contos, quantia que não é para subestimar, quando se atenta em que, segundo os cálculos do mesmo Simonsen, o valor global da exportação de açúcar fôra, aos três primeiros séculos, de 300 mil libras e de minérios, cêrca de 200 mil. E também a exportação indireta. A fim de mostrar a importância das boiadas da Colônia, observava Antonil que "todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte, vão encourados", acrescentando: "sendo cada um de oito arrobas e os da Bahia... ordinàriamente cada ano, pelo menos, 25 mil arrobas e os das Alagoas de Pernambuco, duas mil e quinhentas arrobas, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar 27.500 rolos". (34)

* * *

Enquanto, pois, em estreita faixa litorânea crescia e avultava a civilização do açúcar, no interior, pelo sertão bravio, o elemento de povoamento e fixação ia ser o pastoreio.

As razões que fizeram do interior o centro da indústria pastoril, resume-as Capistrano assim: "Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos, cabiam dentro de uma área traçada pelo custo do transporte dos produtos. Além de certo raio, vegetava-se

(33) *Cultura e Opulência,* pág. 266.

(34) Ib.

indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietário. Com a economia naturista o equívoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis... a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia tôda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais extraídos sem cultura. Nas outras zonas o problema pedia solução diversa. A solução foi o gado vacum. O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si mesmo transportava das maiores distâncias e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas, sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e capital circulante, a um tempo, multiplicando-se sem interstícios; fornecia alimentação bastante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros do sertão". (35)

(35) *Capítulos*, pág. 140.

Parece que, então, se criava de tudo. Dos soldados que acompanharam Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares, diz um documento da época que, para as bandas do Potengi, haviam feito "suas povoações com suas habitações, com suas criações, tanto dos vacuns, como cavalares, ou ovelhuns ou cabranes". (36) A predominância, porém, terá cabido ao gado vacum. Como e quando haja o colono transportado gado vacum para o Brasil, não há nada que o positive de maneira cabal. Admite-se que, já em 1534, D. Ana Pimentel, espôsa e procuradora de Martim Afonso, tenha trazido gado para a Capitania de São Vicente donde, possìvelmente, se espalhou pela Colônia. Outros capitães, decerto, imitaram-na. Quanto a Tomé de Souza, sabe-se, positivamente, que fêz vir de Cabo Verde algumas partidas de gado, transportando-as pela nau Galga. Em carta de 18 de julho de 1551, escreve o Governador-geral a D. João III, esclarecendo: "Este ano passado veo a esta cidade a caravela Galga de V.A. com guado vacum que hé a mayor nobreza e fartura que pode aver nestas partes e eu a mandey tornar a caregar ao Cabo Verde do mesmo guado para tornar aqui". Não consta, entretanto, haja regressado ao Brasil, pois Tomé de Souza acrescenta que "averá hum ano que he partida daqui e nom tenho nova della; se ella nom he arribada... deve ser perdida, que este ano passado se averá medo delle nestas partes enquanto ouver memoria de homens". (37)

(36) *Documentação Histórica Pernambucana* — Sesmarias, edição da Biblioteca Pública, pág. I, 117.

(37) *História da Colonização*, III, pág. 362.

Fora de dúvida é que, desde a segunda metade do século XVI, já aparecem, nos documentos da Colônia, referências à relativa abundância de gado. Que seu número era ainda reduzido, pode-se concluir do preço de uma rês: na Bahia, no século XVI, um boi custava cem mil réis, que Simonsen, aplicando os índices corretivos, acredita valerem cêrca de vinte mil cruzeiros. À medida que passam os anos, a quantidade aumentou, o que se reflete na baixa cotação. Pouquíssimos elementos nos restam para calcular o valor do gado naqueles tempos: um que outro material esparso e fugidio deixa, entretanto, entrever o custo corrente nos mercados. No testamento de Fernão Pinto, de 1623, fala-se em que "mais me deve o dito Fernão Gomes, por uma vaca, três mil réis". (38) Na doação que em 1656 fêz aos beneditinos, arrola Barreto de Menezes "41 vacas parideiras, nove novilhos, em que entra um touro, e nove crias, e tudo perfaz 59 cabeças, que importam em 500 mil réis" (39) ou, em média, cêrca de oito mil réis a cabeça. Na *Cultura e Opulência do Brasil,* que é de 1711, Antonil registava: "Uma rês ordinàriamente se vende na Bahia por quatro ou cinco mil réis: os bois mansos, por sete para oito mil réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dois mil e quinhentos até três mil réis. Porém nos currais do Rio de São Francisco, os que têm maior conveniência de venderem o gado para as Minas o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade.

(38) Tombo, Revista, XLI, pág. 94.
(39) Ib. pág. 263.

E o que temos então dito até aqui das boiadas da Bahia, se deve também entender das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro". (40)

* * *

Mercê dos fatôres expostos, o Nordeste vê concentrar-se em seu território rebanhos numerosos. "Só no Rio Iguaçu" — acentua Antonil — estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão e mais de oitocentos mil hão de ser as da parte de Pernambuco". (41) Latifundiários desadorados, como Afonso Sertão, Garcia D'Ávila e os Guedes de Brito, dominam trechos imensos que nem reinos, e Antonil regista a existência de fazendeiros "a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado". (42)

Nos documentos sesmarias, raro é o pedido em que o postulante não fale em criação: se a maioria possui número reduzido, encontramos, aqui e ali, referências a quantidades consideráveis. Em 1706, Francisco Barroso Viana e João Batista, moradores na Bahia, pedem ao Governador Francisco de Castro Menezes terras nas cabeceiras do Rio Jaguaribe, alegando não terem onde "acomodar 14 mil cabeças de gado de criar que têm produzido do contrato dos dízimos que arre-

(40) *Cultura e Opulência,* pág. 269.
(41) Ib. 264.
(42) Ib. 265.

mataram quatro anos efetivos"; idêntico pedido faz Gonçalo Neto; do mesmo teor é a petição de Domingos de Moura Coutinho e Francisco de Magalhães; e de Francisco Gonçalves Fiuza e João Lopes Fiuza; também do Capitão Nicolau Lopes Fiuza e D. Isabel Barreto de Menezes; e de Francisco Alves Seixas e do Capitão Manuel Dias Filgueiras. (43) Sòmente aí vamos encontrar mais de 80 mil cabeças. É de despertar dúvidas, de certo, o fato de todos pedirem terras no mesmo local, alegando possuir o mesmo número de cabeças, obtidas do mesmo modo, sendo de levar em conta que todos agem através de procuradores: possìvelmente as diversas petições não passam de cópias, repetindo, o procurador, os mesmos dizeres, sem preocupação maior pela verdade. De qualquer modo, trata-se de volume apreciável de rebanhos, o que demonstra como a pecuária estava desenvolvida no Nordeste.

* * *

Desgraçadamente, porém, se soubemos criar ciclos econômicos, via de regra não temos sabido dinamizá-los ou, sequer, conservá-los. Foi assim com o pau-brasil, com a mineração, ou com a borracha, está ameaçando acontecer o mesmo com o café, com o açúcar, com o mate, com o pinho, com o algodão. A pecuária não poderia fugir à regra.

A civilização do couro, no Nordeste, também sofreu o impacto desta fatalidade e ao descaso dos homens veio somar-se a hostilidade da natureza, liqui-

(43) *Documentação Histórica,* 135.

dando, nos alicerces, uma riqueza que poderia ter sido a mola do progresso da região. Realmente, na base da ruína do ciclo do pastoreio nordestino vamos encontrar a ação maldita da estiagem.

Velho fenômeno, êste, que data dos primeiros tempos da Colônia e teria sido mesmo anterior ao descobrimento, atingindo o nativo, suas primeiras vítimas. Ignoramos o que terá sido, então, o flagelo das sêcas, porque os ameríndios quase não deixaram história. Pode-se conjeturar, porém, que muitas das atribuladas migrações dos silvícolas, na fase pré-cabralina, fôssem fruto das estiagens. O certo é que já nos cronistas do século XVI vamos encontrar alusões a sêcas. Em carta de 5 de junho de 1552, alude o jesuíta Antônio Pires a que, em Pernambuco, "havia quatro ou cinco anos que não chovia... e êste ano choveu tanto e recolheram tando mantimento que é pasmo e já os da terra se vão persuadindo que por causa dos pecados não chovia". (44) É possível que esta estiagem se houvesse estendido à Paraiba: registando a excelência do govêrno de João Gonçalves, em Itamaracá, Fr. Vicente aponta a harmonia resultante da confiança que no "capitão velho" tinham os indígenas, os quais "de livre vontade se ofereciam a servir aos brancos e lhes cultivavam as terras de graça, ou por pouco mais de nada; principalmente um ano que houve muita fome na Paraíba, donde só pelo comer se vinham meter por suas casas e servi-los". (45) Parece que o govêrno de

(44) Cartas Avulsas, 123.

(45) *História do Brasil,* 127.

João Gonçalves se exerceu depois de 1545, mais ou menos à época da sêca de Pernambuco, da narração do Padre Pires: não teria sido a fome da Paraíba fruto desta falta de chuvas?

Cardim nos descreve outro grande flagelo em Pernambuco, em 1583: "tão grande sêca e esterilidade... que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve muita fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão, apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios". (46)

Com o correr dos tempos, o drama se foi agravando. Talvez se devesse dizer com mais acêrto: à medida que se ia penetrando pelo interior, mais acuradamente se lhe constatavam os efeitos, porque a sêca sòmente de raro em raro alcançava o litoral. Sustenta, na verdade, Vasconcelos Sobrinho que "as nuvens que produzem as chuvas do Nordeste, têm... duas origens muito diversas. A primeira é a umidade trazida das regiões do Sul pela imensa massa aérea dos alísios ou dos anticiclones. A segunda origem é o mar". (47)

De acôrdo com a teoria de Sampaio Ferraz, o fenômeno de chuvas no Nordeste estaria ligado às correntes aéreas provenientes do extremo Sul. Das regiões frias do Polo Sul, levantar-se-ia, por vêzes, grande movimento de ar, em direção ao Equador e, "quando

(46) *Tratados*, 293.

(47) *Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio, a Civilização*, ed. Freitas Bastos, pág. 109.

atravessa o Trópico de Capricórnio e atinge as regiões equatoriais, além de saturá-los de umidade, rebaixa sua temperatura, produzindo forte desequilíbrio. Resfriando, assim, a atmosfera e saturando-a de vapor d'água, gera condições propícias às chuvas". (48) Tal movimento pode, entretanto, não se verificar; pode desviar-se da rota; pode condensar-se repentina e demasiadamente em meio da marcha para o Equador, provocando as grandes inundações em Minas, Rio e São Paulo: nestes casos, há pouquíssimas probabilidades de inverno no Nordeste.

Mas isto de relação ao inverno sertanejo; o do litoral, êsse independe das correntes polares, da teoria de Sampaio Ferraz. Formá-lo-iam as nuvens que se elevam do Atlântico, as quais, pejadas de umidade, se vão derramando pela região da mata, rumo ao sertão; não as afugenta e dispersa o revérbero do calor do solo, ainda não de todo desnudo pelo desmatamento progressivo; e sòmente quando começam a enfrentar o "hálito quente das planícies ressequidas" é que "a irradiação do calor do descampado aquece a nuvem, transformando-a de nuvem pesada de chuva em nuvem leve que ganha as altas camadas e foge". (49)

Ora, é no interior, longe do litoral, beneficiado do inverno marítimo, que mais intensa se afirma a ação da estiagem. E sòmente depois que o povoamento chegou a estas paragens é que se fêz sentir o horror do

(48) Op. cit. 101.

(49) Op. cit. 106.

flagelo, por sua vez engravescido mercê de fatôres novos que, dantes, não se verificavam ou se exerciam pàlidamente.

O certo é que o problema se foi tornando mais agudo de século a século, acusando os pontos de maior dramaticidade a partir do século XVIII, quando, ao lado de estiagens parciais, de curta duração, atingindo esta ou aquela região, começaram a desenhar-se os grandes ciclos da sêca, abrangendo áreas imensas do Nordeste; como ocorreu com os cinco grandes flagelos de 1710, 1725, 1744, 1777 e 1793. Após cada um dêstes dramas, ficavam, indeléveis, os rastros da desolação: carência de água, campos comburidos, pastagens esturricadas, agricultura em ruína, gado aniquilado.

Foi a sêca, sem dúvida, o que mais contribuiu para o colapso da pecuária nordestina. Na monografia em que estudou o fenômeno — e é de lamentar que análise tão objetiva e interessante permaneça desconhecida, porque de todo esgotada a edição de muitos anos — Felipe Guerra recolheu elementos sugestivos, avultando o "diário" de um avoengo, em que se observa constante esclarecedora: a cada registro de um ciclo de sol abrasador, alongando-se meses a fio, se segue o estribilho monocórdio de que a "morrinha" dera cabo dos rebanhos: é que, mal refeito de uma crise, o pastoreio enfrentava outra, cujo impacto, repetido teimosamente, acaba por dizimá-lo.

Também as estiagens sucessivas é que, em grande parte, terminaram liquidando a indústria da carne sêca,

de xarque, conhecida, entre o povo, como nome de "carne-do-Ceará", em alusão ao Estado onde teve surto e mais se desenvolveu. Sua história é simples. Na Colônia, como ainda hoje, o gado, que se concentrava no interior, descia normalmente para o litoral, onde encontrava melhor mercado, tanto para a carne, como para a exportação do couro. Movendo-se por si mesmos, os rebanhos era assim que se ajustavam ao regime de economia colonialista, dado que não podiam ser abatidos nos pontos de origem, sob pena de o transporte impossibilitar o comércio. Um dos mais importantes condensadores de rebanho se localizava na região, entre as bacias do Jaguaribe e do Parnaíba, donde as boiadas se deslocavam para a costa, assegurando o consumo das cidades litorâneas — Fortaleza, Natal, Paraíba, Recife, etc. Mas, vindo de longe, as tropas tinham de percorrer distâncias infindas, morrendo na viagem ou perdendo pêso, em conseqüência das marchas forçadas e que duravam até meses. Grandes, dêste modo, os prejuízos que então, como hoje, pesavam sôbre todos: o criador obtendo preços baixos, os compradores correndo o risco de perdas avultadas e o consumidor suportando, afinal, a "transferência" inevitável dêstes ônus.

A repulsa ao hábito de "meter-se a caminho as boiadas que, fatigando-se e morrendo, pouco ou nenhum gado chega salvo e, quando algum, resistindo, escapa, mais escapam ossos, do que carne", fêz despertar a idéia de industrialização: em vez de transportar o gado de longe, a matança perto das fontes, salgando-se

e secando a carne, transformada dêste modo em mercadoria de fácil exportação, ficando o couro para ser exportado sem os entraves das distâncias. As condições locais, do litoral entre o Açu e o Jaguaribe, se prestavam excelentemente à execução do plano: vizinhança dos portos de embarque, abundância de sal, ventos constantes e umidade baixa, permitindo rápida secagem e maior duração do produto.

Montada a primeira fábrica, outras e outras se lhe sucederam e em tal ritmo que, em pouco tempo, diminuía e quase cessava a descida de gado para o litoral, abatendo-se os rebanhos nas cidades vizinhas — Aracati, Granja, Mossoró, Camocim — que se tornaram centros industriais de grande relêvo, podendo, mais tarde, afirmar o Governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, que o gado do sertão se destinava, quase todo, a "matar, salgar e navegar". Pequeno detalhe de ordem fiscal concorria para animar a inovação. Nas cidades litorâneas, as Câmaras Municipais cobravam sôbre o gado abatido o chamado "subsídio do sangue" — taxa de 400 réis por um boi e 320 réis por vaca, quantia não irrelevante, quando se atenta em que a arrôba de carne custava, em média, 240 réis. A nova indústria deu aos centros exportadores grande desenvolvimento: os portos viviam coalhados de embarcações para o transporte da carne sêca e do couro, avaliando-se que cada sumaca carregasse carne de cêrca de dois mil bois. No Aracati, principal empório da indústria, calcula-se fôssem abatidos 50 mil bois por ano e tão vivo se fazia o comércio que, em

1700, o movimento exportador, na maioria carne, se elevou a 1.200.000 contos.

Verifica-se, porém, a reação das cidades do litoral, movida por duas razões conjugadas: falta de carne verde para as populações urbanas e desfalque do "subsídio do sangue", a velha competição fiscal entre capitais e nódulos do interior. A Câmara de Natal lidera o movimento e, na defesa do interêsse da comuna, se dirige em 4 de março de 1786 à Fazenda Régia, no Recife, solicitando providências do Govêrno contra o surto da industrialização, concluindo: "Somos de pareser que nesta Capitania se deve totalmente abolir êste comércio".

A intervenção da Câmara de Natal surtiu efeito: em 1788, o Governador de Pernambuco, D. José Tomás de Melo, determinava o fechamento das fábricas de Mossoró e Açu, ordenando fôssem os rebanhos ali abatidos transportados para o consumo regular de Pernambuco e da Paraíba. (50)

A medida drástica do Governador D. Tomás constituía golpe mortal na indústria nascente. Mas assim agindo, o velho estadista tinha razões que lhe atenuam e explicam o modo de proceder. Vindo governar Pernambuco em 1787, D. Tomás encontrara a região a braços com graves problemas de abastecimento. "Grande penúria de gêneros de primeira necessidade", é como nos pinta a situação: quase tudo entregue aos mono-

(50) Ver estudo de Renato Braga, na Revista do Instituto Histórico do Ceará, vol. VI, págs. 149 e segs.

polistas, contra os quais investe severamente, sendo, por isso alvo de forte campanha dos exploradores, que êle ferreteia com a pecha de "aferrados ao seu único interêsse e à pretensão de uma liberdade sem limites". E o que mais faltava era, exatamente, carne verde. O drama já fôra atacado pelo seu antecessor, D. José Cesar de Menezes. Em carta ao Marquês de Angeja, aludindo a uma "exatíssima averiguação" a que mandara proceder, a fim de apurar as causas da crise, concluía que o mal-estar resultava de dois fatôres: aumento de consumo, proveniente do acréscimo da população e, sobretudo, em decorrência da "avultadíssima extração de carne salgada que se tem feito e continua a fazer para fora da mesma capitania".

Cesar de Menezes sustenta ponto de vista que vai servir de base à conduta de D. Tomás: "o comércio só pode subsistir e aumentar-se com a liberdade", mas a liberdade "não é admissível ilimitadamente na exportação de um gênero de primeira necessidade qual é a carne".

Agravando-se a situação, aproveitando as reclamações da Câmara de Natal, D. Tomás não hesita: "Suspendi" — diz em carta para o Reino — "a labutação das ditas oficinas nos mencionados portos", proibindo a industrialização da carne sêca e determinando que os barcos viessem, a partir de então, fundear no Recife, "para eu aqui deixar os que fôssem bastantes para a sustentação da Praça e das Fábricas dos Engenhos de fazer açúcar, e das gentes de trato que de ordinário não usam de outro alimento", e isto porque, arrematata, "não devia deixar a fome em casa para ir fazer a abundância de fora". (51)

A proibição oficial apanhava o criatório nordestino debatendo-se sob os efeitos da sêca de 1777, a que se seguiu a de 1791-1793, batizada pela tradição regional com a alcunha de "a grande sêca", calculando-se que os rebanhos tenham sido reduzidos, pela estiagem, a 1/8 do número primitivo. A pinça dupla das medidas violentas de Govêrno e da inclemência da natureza apressa a debandada: José Pinto Martins, cearense do Aracati, emigra para o Rio Grande do Sul e, em Pelotas, lança as bases da indústria da carne sêca, a carne de xarque dos Pampas que, em pouco tempo, desbaratava e aniquilava a decadente indústria nordestina.

É o eclipse da civilização do couro. A estiagem extinguira os pastos, dizimara os rebanhos, os currais se despovoam, o Nordeste mergulha na miséria e no abandono, e o pastoreio, que por alguns instantes parecera escorar a vacilante economia regional, mergulhou em crise de que não mais se levantou.

* * *

Cabe às gerações do século XX retomar o ciclo do pastoreio, galvanizando uma atividade capaz de soerguer o Nordeste, desde que a tarefa seja tentada com os olhos voltados para as lições da experiência e da técnica. Insistir na simples lavoura primária, como

(51) Ver o estudo de Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, II, pág. 272, sôbre o governador Tomás de Melo.

processo de recuperação da região nordestina, parece utopia: mantendo, embora, a tradição de "país essencialmente agrícola", os nordestinos de hoje teremos de derivar para outras experiências, entre as quais a pecuária ocupa lugar destacado. Partindo do pressuposto da assistência governamental, através do crédito e da técnica, acreditamos que o problema do pastoreio pode, hoje, ser atacado dentro de um trinômio básico, postos de lado aspectos particulares, que a análise sumária de conjunto dispensaria, sem graves prejuízos. E colocada a questão nestes têrmos, parece-nos que a cruzada em favor da pecuária nordestina teria de processar-se em esquema singelo, apenas aqui aflorado, à espera da autorizada ampliação dos entendidos:

a) ângulo zootécnico, de melhoria e aprimoramento das raças;

b) ângulo de forrageamento, para assegurar alimento farto aos rebanhos;

c) ângulo de defesa sanitária, a fim de garantir a sobrevivência do gado na luta contra as epizootias que o dizimam.

O gado, que se cria usualmente no Nordeste é, no ponto de vista econômico, dos menos capazes de rendimento: gado crioulo, de pequeno porte, produzindo média vilíssima de leite e, para o corte, não passando, por vêzes, após seis anos, de sete a dez arrôbas. Ora, o criador que possui rebanhos desta desvalia econômica, estará de antemão vencido na competição com aqueloutro que, derivando para o gado fino, obtém médias de 10 a 20 litros de leite e uma pesagem de carne entre 15 e 30 arrôbas.

Mas, preconizando a introdução de sangue mais aprimorado, convém não descambemos para os intermúndios das fantasias e do lirismo. É muito fácil condenar sem mais exame o gado crioulo, apontando-lhe as falhas visíveis, via de regra, encaradas como fruto de "degradação" e "degenerescência". Na verdade, segundo observa o Professor Vasconcelos Sobrinho, o que nos aparece como sinal de degradação, pode sê-lo "sob o ponto de vista do interêsse humano" mas, na realidade, é apenas o esfôrço supremo de adaptação ao ambiente, às condições gerais do meio. (52)

Eis como o mestre da Universidade Rural do Recife examina o fenômeno: "O boi" — diz êle — "perdeu a carne que arredonda as formas, conquista das raças que se alimentam fácil e fartamente, ganhou ossatura que dá o aspecto anguloso e as pernas longas que permitem as grandes caminhadas em busca do alimento escasso, e robusteceu-se-lhe o couro ante a agressividade do ambiente e tornou-se compacto. O cavalo perdeu tamanho e ganhou resistência. O carneiro procura livrar-se da lã em definitivo. A cabra e o jumento, já por si mesmos rústicos, encontraram na caatinga seu ambiente desejado e desenvolvimento".

Uma corrente moderna de eminentes nutricionistas procura atribuir à dieta importância decisiva na morfogenia humana, a quantidade e o valor dos ali-

(52) Op. cit. 58.

mentos explicando, mais do que o clima ou a raça, certas modificações na morfologia e no conjunto somático: a doutrina, por exemplo, de McCollum e Nina Simonds, lembrados por Gilberto Freyre. (53)

Postos de lado os possíveis exageros destas teorias extremadas, não há dúvida de que alguma coisa resta digna de atenção, não parecendo passível de discussão que o regime alimentar, a precariedade da dieta, podem explicar certo tom de "degenerescência", de lento desenvolvimento do corpo, de quase paralisação do crescimento humano. E o que se observa nos homens com mais probabilidade ocorrerá de relação aos animais.

Êstes gigantes da fauna pré-histórica — mamutes e dinoussauros que de todo desapareceram da face do planêta — sumiram porque não encontraram mais clima para a sobrevivência: faltava-lhes, sobretudo, alimento na quantidade em que lhes ofereciam as condições do mundo primitivo. Pode-se, assim, concluir que o gado nordestino diminuiu o porte porque rarearam, na ecologia ambiente, condições propícias ao desenvolvimento ou, mesmo, à manutenção do porte original. De certo não tinham o tamanho de hoje os animais trazidos dalém mar, por iniciativa dos primeiros colonizadores: o meio é que os aviltou, degradou, os fêz raquíticos e caquéticos.

Procure-se, dêste modo, introduzir desordenadamente no Nordeste sêco e esturricado espécimes de raças aprimoradas, e êles "acabarão por degenerar",

(53) *Casa Grande*, I, 195.

porque "sòmente após séculos de duras provas de adaptação conseguem fixar-se no novo ambiente". (54)

Conhecem-se, na Biologia, os esforços tremendos com que a vida animal busca ajustar-se aos novos ambientes para que se transmuda. Levas e levas de gado fino, introduzidas sem prévio trabalho de preparação do meio, redundariam neste desfecho fatal: os que não sucumbissem na luta pela vida acabariam através de gerações, degenerando-se, isto é, adaptando-se e, no final, estariam após séculos reduzidos ao mesmo padrão dos atuais rebanhos nordestinos. A fórmula, afigura-se-nos, terá de ser diferente. Precisamos, sem dúvida, importar animais de fino "pedigree", notadamente reprodutores, tarefa viável desde que se substituam os processos de criação extensiva, à larga, pela criação intensiva, confinada, tratada com esmêro, perdendo em quantidade o que se ganha em qualidade e com as mesmas, senão mais acentuadas, vantagens econômicas. Na verdade, dez vacas que produzam em média vinte litros de leite, dão menos despesas e maior lucro do que 50, que apenas produzem dois e, muita vez, não têm leite, sequer, para "criar o bezerro". Dez touros que pesem, em média, 25 arrôbas, valem, econômicamente, mais do que 25, pesando 10 arrôbas. Tudo isso é intuitivo.

E a experiência que se vem tentando nalguns recantos do Nordeste prova, à saciedade, que êste é o caminho indicado. No Ceará, vários criadores podem apresentar rebanhos leiteiros de gado holandês do mais

(54) Op. cit. 58.

alto teor de pureza; o que se vem fazendo em Batalha e Jacaré dos Homens, nas Alagoas, em São Bento do Una, em Pernambuco, evidencia que o caminho da seleção é o mais seguro.

Não será boa política pensar em modificar, de um dia para a noite, a paisagem do pastoreio nordestino. Substituir, pura e simplesmente, gado crioulo pelo gado de raça seria um sonho, e os resultados terminariam desastrosos, porque o ambiente não permite esta mutação desordenada e a natureza acabaria reivindicando seus direitos, dentro do velho princípio do "alijai o natural e êle tornará de galope".

Antes de derivar para a introdução, em massa, do gado fino, gado de alto teor leiteiro ou de acentuada vantagem na arrobação, deveríamos, é o que se nos afigura, tentar a mestiçagem em larga escala ou, como lembra Vasconcelos Sobrinho, "melhorar o que existe", selecionando dos plantéis crioulos aquêles espécimes de melhor padrão, sôbre os quais a mescla com o gado de classe poderia realizar milagres. E uma perspectiva de largos horizontes pode abrir-se após a façanha de Felisberto Camargo, técnico do Ministério da Agricultura, que num esfôrço dramático conseguiu trazer do Paquistão o "Red Sind", cujos primeiros exemplares foram localizados em Belterra, a cargo do Instituto Agronômico do Norte, e cinco doados à Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Acredita Felisberto Camargo que, tipo singular de "gyr" leiteiro, o "Red Sind" seja o gado ideal para o Nordeste e quando, multiplicadas as primeiras sementes,

o Ministério estiver apto a fornecer reprodutores para a mestiçagem e multiplicação — vale ressaltar que, segundo parece, sòmente o Paquistão e o Brasil, possuem hoje o "Red" puro — então, talvez, a adaptação da nova raça marque etapa decisiva na recuperação da pecuária setentrional.

O programa, entretanto, de atrair gados selecionados para o Nordeste não é trabalho muito fácil. O que o D.N.P.A. do Ministério da Agricultura, vem realizando neste setor não é para subestimar, através do sistema de revenda a prazo e ainda com o ônus do transporte, exatamente o que mais dificulta. No comum, temos ido buscar no Sul — Uruguai, Argentina, Rio Grande, Minas, Estado do Rio — o gado de que necessitamos para melhorar o rebanho local. Ora, por terra a deslocação se torna inviável, porque as distâncias esmorecem os mais afoitos; de caminhão, o custo do frete se torna, na maioria dos casos, proibitivo; por mar, a precariedade de nossa Marinha Mercante entrava e quase impossibilita os negócios. A solução seria outra: instalar o Ministério postos de zootecnia no Nordeste, e ampliar e melhorar os já existentes, permitindo assim ao criador adquirir, no próprio meio, animais selecionados, para atender às necessidades da melhoria da raça. Possuindo excelentes fazendas no Sul — embora o regime drástico do Código de Contabilidade e das leis que regem a espécie emperrem as revendas, nada sendo mais complicado do que obter mesmo os "excedentes" dos rebanhos oficiais — o Ministério, entretanto, quase nada tem no Nordeste. Apontam-se, a dedo, os postos nordestinos: Catu, na Bahia,

Tejipió, em Pernambuco, Umbuzeiro, na Paraíba, Mocambinho e Iracema, no Ceará. Mas tudo figurando, quase, no papel. Mocabinho e Iracema, boas fazendas, quase não possuem plantéis e o pequeno número de cabeças, onde a carência de bons reprodutores é sensível, vegeta à-toa, à falta de recursos materiais para sua ampliação; Tejipió não passa de "granja" urbana, afogada entre os tentáculos da cidade que se alarga; sòmente Umbuzeiro pode fazer certa figura, detentor que é, segundo parece, do melhor rebanho "gyr" do país: mas, de qualquer modo, a quantidade de reprodutores e de matrizes, sujeita ao sistema de venda apenas dos "excedentes", não chega para atender às necessidades de um Estado, quanto mais da região. No dia em que o Govêrno Federal e os dos Estados cuidarem de instalar postos zootécnicos, que possam corresponder às exigências da renovação da pecuária, ter-se-á dado um passo decisivo na cruzada do melhoramento dos rebanhos nordestinos.

De nada adiantaria, porém, melhorar a raça, cuidar de espécimes finos, se não se trata, simultâneamente e mesmo liminarmente, de atacar o problema de base, que é a alimentação. Vulgarmente se diz que a raça quem a faz é a bôca e a heresia zootécnica termina assumindo foros de verdade inconcussa: o que terá concorrido para a falada "degradação" do nosso gado foi, antes de tudo, a falta de alimento.

No comêço da Colônia, foi possível concentrar grandes rebanhos no Nordeste, constituindo-se o "saartão da terra" o condensador por excelência, porque havia com que mantê-los: a estiagem não se fazia sentir com a intensidade depois alcançada, enquanto a vastidão das áreas destinadas ao pastoreio compensava, pela extensão, a fragilidade do ambiente, de respeito às pastagens. A progressiva ocupação do solo, porém, foi lentamente tomando espaço ao pastoreio, na concorrência, sempre crescente, com a lavoura; as sêcas, mais freqüentes e prolongadas, começaram a abrasar o solo, onde a gramínea, de raízes superficiais, foi sendo pouco e pouco aniquilada; a seguir, a queda vertical da produção algodoeira roubou ao gado um dos seus melhores alimentos — o caroço, a torta, o farelo. Natural que a indústria pastoril, assim castigada, acabasse vencida.

Mas a técnica e a educação podem modificar o panorama, e se a pastagem natural mangra e falha, o remédio é apelar para a pastagem artificial, ainda muito vacilante e tímida, graças sobretudo ao baixíssimo nível educacional de nossa gente.

Se a natureza constitui obstáculo, a técnica é chamada a superar as deficiências ambientes. E reponta, de logo, o recurso à ensilagem, aproveitando a relativa fartura das quadras invernosas, quando o capim, o milho, e outras inúmeras variedades da flora regional abundam de modo satisfatório.

A despeito da ingratidão do meio hostil, o Nordeste apresenta muita coisa que pode ser utilizada como forragem artificial. No sertão pernambucano, andou-se tentando o aproveitamento da fôlha do faveleiro, que ali medra como praga; resíduos de caroá e de agave

são, positivadamente, excelente alimento; o feijão Camaratu, "espécie vegetal característica das sub-regiões de Formosa e Pioré", no Moxotó, apresenta-se em condições de "vir a constituir uma das nossas forragens básicas", acentua Vasconcelos Sobrinho.

E, possìvelmente, o melhor elemento de luta pela sobrevivência da pecuária, a "palma", cujas vantagens não podem ser mais postas em dúvida, depois das experiências vitoriosas de criadores alagoanos, em Batalha e Jacaré dos Homens; pernambucanos, em São Bento do Una, Águas Belas, Bom Conselho, Garanhuns, etc; paraibanos, na zona do Cariri, etc. No ponto de vista do clima, a palma se vem comportando excelentemente, resistindo ao sol e, mesmo, revelando-se refratária ao excesso de umidade. Pouco exigente, em matéria de solo, desenvolve-se muito bem nos terrenos pobres, sem húmus, arenosos, carrasquentos. As longas estiagens, às vêzes, conseguem prejudicá-la, sobretudo a variedade "miúda": após anos e anos de sêca, as fôlhas se tornam coriáceas, estiolam, definham, mas são raríssimos êstes períodos de sol, estendendo-se anos e anos seguidos. Fala-se muito de sêca, mas em geral se misturam noções diversas. O que tradicionalmente causa as crises de produção no Nordeste não é tanto a carência total de chuvas — carência longa e atingindo regiões vastas — como a falta d'água nas épocas apropriadas. Se a produção de cereais vez por outra se perde na região do Polígono, não é porque falta chuva, de modo geral, mas porque a chuva não chegou nas ocasiões esperadas. A lavoura primária quer chuva na

época da floração ou quando está apta a granar e então se o sol se desata por semanas ou meses, as plantações morrem, ou não produzem safras compensadoras. Sobretudo na zona agrestada, chove sempre todos os anos e, se a produção é arrasada pela estiagem, deve entender-se que a estação chuvosa não veio a tempo. Com a palma, tal inconveniente não se faz sentir. Um ou dois anos de sêca, por mais intensa que seja, não fazem mal aos palmais, que desta sorte se apresentam como capazes de vencer as asperezas do meio.

Alega-se, é certo, que a palma, contendo percentagem alta de água, fibras e celulose, não constitui alimento ideal para o gado, faltando-lhe sobretudo proteína, que lhe assegure qualidades nutritivas dignas de registo. Os fatos, entretanto, aí estão mostrando a inanidade da objeção. Usa-se, é certo, o processo de adicionar às rações de palma parcelas de rações ricas em proteínas, o algodão, sobretudo. Mas a verdade é que muito criador está alimentando o gado apenas com palma e, de qualquer modo, o fato de permitir a simples sobrevivência dos rebanhos, quando falta tudo mais, é já um grande argumento em seu favor.

No ponto de vista cultural, trata-se de lavoura pouco exigente e por isso mesmo de fácil exploração. Calcula-se que é possível plantar um hectare com uma despesa média entre dois a três mil cruzeiros, dependendo os gastos evidentemente de fatôres vários, entre os quais a natureza do terreno. O que ainda dificulta cultivo entre os pequenos criadores é que, no geral, a palma começa a "dar corte" depois do terceiro ano

e, dêste modo, o capital empatado sòmente começa a render depois de três anos. O sistema ideal de financiamento seria aquêle que previsse amortização longa de, no mínimo, três anos, e a fórmula perfeita aquela que alargasse êste prazo para cinco ou seis, iniciando-se os pagamentos a partir do terceiro.

Mesmo firmada a certeza de que a palma, só por si, não resolve o problema alimentar dos rebanhos nordestinos, o cultivo, em larga escala, será um dos caminhos seguros para defender a nossa pecuária, afastando o perigo da fome que constitui o maior obstáculo ao seu soerguimento.

Finalmente, resta o problema da defesa sanitária.

É possível que condições do Nordeste concorram para que os rebanhos da região não pereçam sob a ação das epizootias. Não foram estas condições especiais e dificilmente o gado resistiria, porque, em matéria de defesa sanitária animal, não temos nada. De começo, rareiam de maneira impressionante os veterinários. O Brasil levou tempos infinitos querendo tentar a recuperação econômica, através do campo, sem cuidar de valorizar os técnicos do ruralismo — o agrônomo e o veterinário — negando-lhes, criminosamente, o papel relevante que lhes cabe desempenhar. Em vez da técnica, temos, assim, imemorialmente, recorrido ao palpite, à improvisação, à rotina. A carência de remédios é quase total, na maioria das fazendas. O pequeno criador, atrasado e sem assistência, se quer cuidar dos rebanhos, deriva para as "meizinhas" caseiras, para as "rezas". As "meizinhas" caseiras, essas constituem

o processo generalizado e se alguma coisa nos deve causar espanto é de que o gado, depois de tratado, ainda resista ao horror da cura...

A reza, por sua vez, é velha instituição nacional, tão velha quanto a Colônia e ainda mais: porque suas origens temos de buscá-las no Reino.

Na verdade, depondo perante o Visitador do Santo Ofício que em 1592 andou pela Bahia, para castigar erros contra a fé, João Rõiz Palha, cristão velho, se acusa de que "averá cincoenta e dous anos que em Portugal, no termo de Moura, hua ou duas vezes encantou os bichos de certo gado... o qual encantamento era pera os bichos cairem ao gado da maneira seguinte, tomava nove pedras do cham e dezia as palavras seguintes, encanto bizandos com o diabo maior e com o menor, e com os outros todos, que aos tres dias cairam todos, e estas palavras dezia nove vezes e cada vez que as acabava de dizer, lançava as pedras para encontra o lugar onde andava o gado". (55)

Enquanto isso, a aftosa, a mamite, o carbúnculo, o "mal da ponta", ou "tristeza", o caroara, a fimose, dizimam o gado, que se não desapareceu de todo devemo-lo, decerto a que o meio é menos propício à sua multiplicação.

* * *

Possui o Brasil um dos maiores rebanhos do mundo e temos condições gerais para fazer da pecuária um

(55) *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*, Confissões da Bahia, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, pág. 121.

dos fulcros do nosso soerguimento econômico. Mas poucos países apresentam tão baixo grau de consumo de proteínas animais; nos grandes centros, as filas de carne se multiplicam e eternizam; para que a nossa infância possa consumir leite, vivemos a mendigar esmolas ao "paternalismo" americano.

Fácil seria restaurar, no Nordeste, a civilização do couro, beneficiando-se da imensa riqueza que é o gado, sabido que "do boi sòmente se perde o berro". Carne, couro e leite poderiam ser um tripé para escorar o esfôrço de restauração econômico-financeira do país. Mas cruzamos os braços, esquecidos de que uma das maiores desgraças que podem desabar sôbre um povo é aquilo que Paul Morand resumiu em frase soberba: "Souvent nous oublions que les pays vieillissent".

No nosso caso, duas desgraças que se conjugam: o país envelhece e não nos apercebemos desta senilidade que nos ameaça.

Para a tarefa de recuperação do Nordeste, podemos, sem exagêro, apostar na pecuária. O ciclo do pastoreio foi um dos esteios da formação econômica e social da região na fase colonial. Poderá ser, se o quisermos, uma das bases de nosso soerguimento futuro.

Unidade
Proc.
Agente P. Montenegro

981.3-C823p 308175/IEL/
37183

Costa Porto, Jose da

O pastoreiro na formação do no
rdeste

.3/C823p
OLVER NOME IEIT. (3081

TOMBO

Costa Porto, Jose da

O pastoreiro na formação do no
rdeste

981.3/C823p
(308175/93)

SISTEMA DE BIBLIOTECAS
DA UNICAMP

40 — RIMBAUD . . . . . Uma Estação no Inferno
41 — SILVIO NEVES . . . . . Postais Inglêses
42 — JOÃO NEVES DA FONTOURA . . Poeira de Palavras
43 — JOSUÉ MONTELO . . . . . Fontes Tradicionais de Antônio Nobre
44 — ÁLVARO LINS . . . . . No Mundo do Romance Policial
45 — STEFAN BACIU . . . . . Servindo à Poesia
46 — LUÍS SANTA CRUZ . . . . . Poética Menor
47 — MIGUEL PARANHOS DE RIO BRANCO . . . . . Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750
48 — SÉRGIO PÔRTO . . . . . Pequena História do Jazz
49 — WILSON LOUSADA . . . . . O Caçador e as Raposas
50 — ALFREDO MARGARIDO e C. E. COSTA . . . . . Doze Jovens Poetas Portuguêses
51 — OTTO MARIA CARPEAUX . . . . Respostas e Perguntas
52 — ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS Portuguêses e Brasileiros na Guiana Francesa
53 — THEODORE HARNPERCER . . . . Os Estados Unidos Através de sua Literatura
54 — EURICO NOGUEIRA FRANÇA . . A Música no Brasil
55 — DANTE ALIGHIERI . . . . . Três Cantos do Inferno
56 — EVARISTO DE MORAIS FILHO Francisco Sanches na Renascença Portuguêsa
57 — LOURIVAL GOMES MACHADO . . Teorias do Barroco
58 — ALMEIDA FISCHER . . . . . A Ilha e Outros Contos
59 — CASSIANO RICARDO . . . . . A Poesia na Técnica do Romance
60 — ROBERTO ALVIM CORRÊA . . . Horizontes de Música
61 — LUÍS COSME . . . . . Hebe ou da Educação
62 — CELSO KELLY . . . . . Três Gênios Rebeldes
63 — RUBEM BRAGA . . . . . Três Primitivos
64 — MANUEL BANDEIRA . . . . . De Poetas e de Poesia
65 — ADONIAS FILHO . . . . . Jornal de um Escritor
66 — JOSÉ FERNANDO CARNEIRO . . Apresentação de Jorge de Lima
67 — FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA Testamento de Mário de Andrade
68 — ANISIO TEIXEIRA . . . . . A Universidade e a Liberdade Humana
69 — PEREGRINO JUNIOR . . . . . O Movimento Modernista
70 — AFRÂNIO COUTINHO . . . . . Por uma Crítica Estética
71 — PEDRO DE BOTELHO . . . . . 3 Fragmentos
72 — OLÍVIO MONTENEGRO . . . . . Ensaios
73 — PAULO RÓNAI . . . . . Roteiro do Conto Húngaro
74 — EDGARD CAVALHEIRO . . . . . Evolução do Conto Brasileiro
75 — ROBERTO MENDES GONÇALVES . O Barão Hubner na Côrte de São Cristóvão
76 — EDGARD CAVALHEIRO . . . . . A Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto
77 — MANUEL BANDEIRA . . . . . 50 Poemas Escolhidos pelo Autor
78 — SÉRGIO MILLIET . . . . . Três Conferências
79 — GILBERTO FREYRE . . . . . Reinterpretando José de Alencar
80 — GILBERTO FREYRE . . . . . Manifesto Regionalista de 1926
81 — ANTONIO OLINTO . . . . . O "Jornal", de André Gide
82 — MANUEL DIÉGUES JÚNIOR . . . Estudos de Relações de Cultura no Brasil
83 — BRASIL GERSON . . . . . Pequena história dos fanáticos do Contestado
84 — VERA PACHECO JORDÃO . . . Maneco, o Byroniano
85 — OSCAR MENDES . . . . . Nabuco, Mauriac e Baudelaire
86 — YVONE JEAN . . . . . Marionetes Populares
87 — THALES DE AZEVEDO . . . . . O Catolicismo no Brasil
88 — TRISTÃO DE ATHAYDE . . . . Pela América do Norte — 1.º Volume
89 — TRISTÃO DE ATHAYDE . . . . Pela América do Norte — 2.º Volume
90 — JOAQUIM RIBEIRO . . . . . Folclore Baiano
91 — HELCIO MARTINS . . . . . Pedro Salinas
92 — PAULO MENDES CAMPOS . . Páginas de Humor e Humorismo — 1.º Volume
93 — PAULO MENDES CAMPOS . . . Páginas de Humor e Humorismo — 2.º Volume
94 — CELSO FURTADO . . . . . Uma Economia Dependente
95 — ADOLFO CASAIS MONTEIRO . . Uma Tese e Algumas Notas sôbre a Arte Moderna
96 — CYRO DOS ANJOS . . . . . A Criação Literária
97 — CASSIANO RICARDO . Pequeno Ensaio de Bandeirologia
98 — AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT 50 Poemas Escolhidos pelo Autor
99 — DANIEL DE CARVALHO . . . . A Formação Histórica das Minas Gerais
100 — CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 50 Poemas Escolhidos pelo Autor
100-A — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO Catálogo e índice dos Volumes de 1 a 100 (1952-1956)
101 — ALPHONSUS DE GUIMARAENS F.º Sonetos com Dedicatória
102 — MANOELITO DE ORNELLAS . . . A Gênese do Gaúcho Brasileiro
103 — AGOSTINHO DA SILVA . . . . Reflexão à margem da Literatura Portuguêsa
104 — JOSÉ LINS DO RÊGO . . . . . Presença do Nordeste na Literatura
105 — MAURICIO CAMINHA DE LACERDA Homens na Paisagem
106 — J. S. RIBEIRO FILHO . . . Ensaios Diversos
107 — SÉRGIO MILLIET . . . . . Considerações Inatuais
108 — EURICO NOGUEIRA FRANÇA . Do Lado da Música
109 — OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA Introdução à História dos Fundadores do Império do Brasil
110 — GRAVES GLENWOOD CLARK Os Estados Unidos através do Conto
111 — ADOLFO CASAIS MONTEIRO .... Manuel Bandeira
112 — J. LEITE LOPES . . . . . Einstein e Outros Ensaios
113 — RODRIGO M. F. DE ANDRADE . Artistas Coloniais
114 — M. CAVALCANTI PROENÇA . . Trilhas no Grande Sertão.
115 — HENRIQUETA LISBOA . . . . Madrinha Lua.
116 — HERMAN LIMA . . . . . Imagens do Ceará
117 — SOUZA BARROS . . . . . Cêrcas Sertanejas
118 — ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA . . Caixa de Música
119 — LUÍS MARTINS . . . . . Uma coisa e Outra
120 — MANUEL BANDEIRA, AUGUSTO TAMAYO VARGAS E CECÍLIA MEIRELES . . . . . 3 Conferências

RELAÇÃO DOS CADERNOS DE CULTURA